

Iniciativa dos 32 é louvável. Já o texto...

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Certas pessoas não se livram do mau hábito de acender uma vela à eficiência e uma fogueira à sandice. Tome-se o chamado Grupo dos 32, excepcional conjunto de deputados e senadores com os pés no chão, interessados em encontrar uma saída para o impasse constituinte, plenos de boa vontade, capacidade e possuidores de amplos méritos e serviços prestados à causa da conciliação. Eles acabam de preparar um novo projeto de Constituição, denominado Hércules IV, para substituir com vantagem o projeto da Comissão de Sistematização, sobre o qual, com muita lógica, se estabeleceu vasta polêmica.

Nada mais louvável, especialmente se tendo em conta que trabalharam com espírito público, procurando pontos de entendimento entre os diversos grupos hoje em choque na Assembleia Nacional Constituinte. Essa é a vela.

Mas a fogueira está incrustada no Hércules IV, por mais paradoxal ou trônico que pareça. Porque constituintes como Sandra Cavalcanti, José Richa, José Serra, Israel Pinheiro Filho, Néelson Jobim e outros, dos 32, insistem na manutenção do parlamentarismo como sistema de governo. Aferram-se à mais trágica das aventuras quando poderiam tê-la extirpado nessa fase que antecede a votação final da nova Constituição. E cometem os mesmos erros constantes do texto que querem modificar.

O Hércules IV corre o risco de mudar de nome e passar a chamar-se Roberta Close I, por conta de tamanha aberração. Estabelece que o presidente da República será eleito pelo voto direto, realizando-se as eleições em dois turnos caso nenhum dos concorrentes alcance, no primeiro, a metade mais um dos votos. Como, nas disposições transitórias, fixa o mandato do presidente José Sarney em quatro anos, marca o caos com data certa. No ano que vem, a Nação elegerá um presidente da República com o mínimo de 40 milhões de votos, mas esse presidente verá o poder de governar concentrar-se nas mãos de um primeiro-ministro indicado pela eventual maioria parlamentar.

Se era para propor o parlamentarismo de fato, clássico e ortodoxo, tivessem os 32 tido a coragem de fixar eleições indiretas para um presidente que seria mero chefe de Estado. Não tiveram, temerosos de despertar a fúria popular diante da quebra daquela que talvez seja a maior das promessas da atualidade, a realização de eleições presidenciais diretas. E se o Hércules IV, ao contrário de seu inspirador, respeita e teme a hidra popular, incapaz de cortar-lhe as cabeças, melhor teria feito se consagrasse simplesmente o presidencialismo. Afinal, se ninguém ousa retirar do povo esse direito, por tantos anos retirado, de eleger o seu presidente, fica evidente

o que ele representa: o povo não quer eleger alguém para se tornar rainha da Inglaterra. Se exige e impõe eleições presidenciais diretas será por pretender, certa ou erroneamente, eleger alguém que possa ser responsabilizado, aplaudido ou apupado pelo que fizer e deixar de fazer.

Há farisaísmo, infelizmente, também no grupo que, salvo nesse capítulo, acaba de apresentar uma respeitável contribuição constituinte. Para compensar os esbulhos, o projeto dá outra atribuição ao presidente, o que complica ainda mais as coisas.

Seria redundância repetir as contradições e, por que não dizer, as sandices reveladas pelos artigos que tratam do sistema de governo. O presidente da República, chefe de Estado, é o comandante supremo das Forças Armadas, cujos comandantes nomeará, provendo os postos de oficiais-generais. Sem receber, atente-se, indicação alguma do primeiro-ministro. Só que esse primeiro-ministro nomeará os ministros militares.

Imagine-se, só para argumentar, um presidente eleito por PT, PDT, PTB, PFL e PDS, devendo conviver com um primeiro-ministro do PMDB. Fulanizando: Luitz Ignácio da Silva, Leonel Brizola, Antônio Ermírio de Moraes, Aureliano Chaves ou Paulo Maluf se comportariam como, eleitos por 40 milhões de votos e entregando o governo a Ulisses Guimarães, José Richa, Raphael de Almeida Magalhães ou Fernando Henrique Cardoso?

Mas tem mais. A política econômico-financeira é do primeiro-ministro. Só que o presidente da República, também sem indicação de espécie alguma, nomeará o presidente e os diretores do Banco Central. O presidente vota, total ou parcialmente, os projetos de lei, mas o primeiro-ministro inicia o processo legislativo. E daí por diante, numa confusão dos diabos, capaz de paralisar o País e colocar em risco não apenas eventuais governos, mas o regime e a própria democracia.

Quando chamado a manifestar-se sobre sistema de governo, em 1963, o povo deu seu veredicto: por 87%, venceu o presidencialismo, revogando-se o parlamentarismo imposto pelo Congresso na calada da noite de mais uma crise, no caso, a da renúncia de Jânio Quadros. Nada mudou, de lá para cá. E, como uma evidência a mais disso, o Hércules IV não prevê a realização de novo plebiscito. Foge dele como o personagem da mitologia jamais fugiu do cão Cérbero ou do javali de Erimanto. Pelo contrário, estabelece ridícula determinação de que o parlamentarismo não será passível de emenda antes de cinco anos. Equivale a dizer: sem mais aquela, os 32 investem sobre a soberania do futuro Congresso, a ser eleito em 1990. Cometem uma inconstitucionalidade, depois de haverem cometido uma bobagem.

C.C.

Interino com chances

Eram razoáveis, ontem, as chances de Matilson da Nóbrega passar da interinidade à permanência efetiva, como ministro da Fazenda. Afinal, se o PMDB não vai ser consultado, porque não pode ou porque não quer, o presidente José Sarney fica com um leque mais estreito e muito mais confortável para escolher o sucessor de Bresser Perreira. Se for um técnico, por que não o próprio, que ocupou o lugar do demissionário? Deslocar outras peças da estrutura do governo equivaleria a despir um santo para vestir outro. Isso no caso de Marcílio Marques Moreira, embaixador nos Estados Unidos, Camilo Calazans, presidente do Banco do Brasil, ou Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil.

A hipótese de um empresário seria factível, mas implicaria uma seleção que talvez demorasse semanas, não pela falta de opções, mas pela necessidade de uma verdadeira sabbatina entre ele e a equipe presidencial. A menos, é claro, que Sarney indicasse um empresário com idéias já conhecidas, e, ao mesmo tempo, com experiência de governo. Leia-se, nessa hipótese, Olavo Setúbal.

Ensino pago

Prepara-se o ministro Hugo Napoleão para lançar uma das campanhas mais polêmicas no setor universitário. Sustentará o fim do ensino gratuito para quem pode pagar. Com isso, as universidades poderão dispor de mais recursos para expandir-se. Napoleão acha uma injustiça social o poder público sustentar milhares de jovens oriundos de famílias abastadas ou com posses suficientes para arcar com mensalidades, registrando o contraste de os pálios das universidades sustentadas pelo governo estarem permanentemente abarrotados de carros, utilizados pelos alunos que estudam de graça. Enquanto isso, nas universidades particulares, pagas, estendem-se à noite as filas de alunos que trabalham durante o dia, e que, para ir para casa, espremem-se em ônibus superlotados.

Sua idéia é mostrar o sentido social do pagamento, por quem pode pagar. Tentará convencer as lideranças estudantis através de amplo debate, antes de qualquer medida prática.

Firmeza

Por falar no ministro da Educa-

ção, ele está recebendo os maiores elogios do Palácio do Planalto por ter enfrentado com firmeza a recente greve dos seus funcionários, em Brasília. Não admitiu parlamentar com os grevistas, como tal, e começou a demitir aqueles que ocupavam cargos de confiança. Durou pouco para o movimento terminar, quando, então, convocou as lideranças para o diálogo.

Essa atitude adotada por Hugo Napoleão vem de longe. Logo que assumiu o governo do Piauí, nos idos de 1983, recebeu em casa um telefonema do seu chefe do Gabinete Militar: "Governador, acho bom o senhor não vir ao palácio, hoje. Estão previstas manifestações populares iguais às que aconteceram dias atrás nos jardins do Palácio dos Bandeirantes, com o governador Franco Montoro".

Chegando mais cedo ao Palácio Karnak, no centro de Teresina, Napoleão convocou o chefe do Gabinete Militar, o comandante da Polícia Militar e o secretário de Segurança, postando-se numa janela que dava para os jardins e a praça fronteira, dizendo-lhes: "É daqui que vamos comandar os acontecimentos. Baderna, de jeito nenhum". Deu ordens para que a Polícia, desarmada, ocupasse os pontos centrais da capital, com a recomendação de não permitir invasões e depredações. Em pouco tempo a ordem estava restabelecida, sem vítimas.

Num fusca

Está marcada para hoje, em Brasília, nova reunião do Centrão, para decidir sobre as emendas que serão apresentadas no começo de janeiro. Comentário de um observador da realidade política nacional: "Chegarão num fusca, com motorista apolítico, e talvez ainda haja vaga para quem quiser conhecer o palácio do Congresso". Positivamente, não há número para nada, na capital federal, até que decorram as festas de Natal e Ano-Novo.